

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 200.ª Sessão Ordinária
Realizada em 27 de outubro de 1971 — (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Eron. dy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Lesso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baranluk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (46); achando-se ausente o Sr. Deputado Nivaldo Krüger (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo infausto passamento da senhorita SORAIA CORREA LIMA filha do falecido senhor HENRIQUE CORREA LIMA, ex-Prefeito Municipal e integrante da sociedade de Morretes, em cujo meio era vastamente estimada mercê de seus dotes de bondade e comunicabilidade.

O requerente, pede, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

A desaparecida foi vítima em desabamento de casa, fato que teve dolorosa repercussão naquela cidade, causando geral consternação.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Isaia Cecim Calisto, ocorrido ontem, nesta Capital.

A extinta era esposa de Abrão Calisto e genitora de onze filhos, dentre os quais o Doutor Negi Calisto, Juiz de Direito nesta Capital e Senhor Celim Calisto, vereador no Município de Pinhalão.

Dona Isaia, além de portadora de invulgar nobreza de espírito, foi uma das fundadoras daquela próspera cidade do Norte Pioneiro.

Se aprovado o presente, requer ainda o signatário dê-se ciência à família enlutada, à rua Dezembargador Motta, 2377, nesta Capital e à Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal de Pinhalão.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo assina, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido ontem nesta Capital, da senhora Ana Ferreira Vieira, esposa do Coronel José Vieira.

A extinta era pessoa ligada à campanhas filantrópicas e assistências, em nossa Capital.

Aprovado o presente, solicita o signatário dê-se que se dê conhecimento à família enlutada, à rua Jornalista Caio Machado, 225, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Onofre Rodrigues, vítima de fatal acidente, quando desempenhava as suas funções no Município de Londrina.

O falecido exercia a profissão de operário da Prefeitura de Londrina e veio a morrer quando, trabalhando num aterro nas proximidades do estádio "Mo. ringão", foi soterrado por um desmoronamento de terra. Casado, pai de cinco filhos, Onofre Rodrigues era funcionário exemplar da Prefeitura londrinense e sua morte deixou consternado o operariado da municipalidade local.

Requer, outrossim, dê-se ciência do teor deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas prerrogativas regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer a inserção em Ata de um voto de congratulações pela passagem do 17.º aniversário de fundação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Requer, outrossim, que do presente seja dado ciência à Diretoria d'aquela companhia.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

A nosso ver a melhor justificativa para esta proposição é o próprio trabalho executado pela COPEL nestes 17 anos da sua eficiente atuação.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, na forma em que dispõe o Regimento Interno, ouvido o Plenário, requer seja consignado na Ata dos presentes trabalhos um voto de congratulações ao Doutor Mário De Mari, pela sua reeleição no cargo de Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, a qual se verificou no dia 20 de agosto do corrente ano.

O homenageado, além de Diretor Presidente da conceituada firma Técnica De Mari, que atua no ramo de construção civil, é Diretor Regional do SESI e do SENAI, e, exerce, também, vários cargos em diversos Sindicatos de nossa Capital.

Atendendo a convites formulados pelos ilustres Prefeitos de nossa cidade DRS. Omar Sabbag e Jaime Lerner, aquele eminente cidadão exerce, ainda, o cargo de Presidente do MOBRAL — Movimento Brasileiro de Alfabetização — no Município de Curitiba.

Requer, finalmente, que da manifestação da Casa se dê ciência ao homenageado, através do expediente próprio.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, Requer a inserção em Ata, de um voto de regozijo pelo transcurso de mais um DIA DO SERVIDOR PÚBLICO em data de amanhã, 28 de outubro.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

Lá nas barrancas do Rio Paraná, sem conforto e sem dormir está um fiscal de rendas. No meio da estrada, longe do lar e da família, está um guarda rodoviário. Em meio a floresta, um guarda florestal; em cima do trator, o tratorista; com uma enxada na mão, o trabalhador do D.E.R.. Todos são servidores públicos. Desde o trabalhador braçal até o médico e o advogado do Estado, têm uma data que é sua; uma data de festas, ou que, pelo menos devia de ser. E é esta data que nos propicia a oportunidade para homenagear essa classe que fez o engrandecimento do Paraná e por ele trabalha diuturnamente, na maioria das vezes sem ter a recompensa que realmente merece. A todos os servidores do Estado prestamos nossa homenagem e a nossa solidariedade, pedindo a Deus que oriente nossos governantes para que eles sejam sempre lembrados nas suas reivindicações justas e humanas de melhores salários e condições de trabalho. Temos confiança que o Governo do Estado está atento às suas necessidades, assim, como nós, seus representantes nesta Casa.

Requerimento

Senhor Presidente:

CONSIDERANDO:

1. Que o Brasil é o maior produtor de café do mundo e o Paraná o maior do País;

2. A necessidade de nossos empresários cada vez mais aperfeiçoarem as técnicas de torrefação e moagem do café, com o objetivo de assegurar sua melhor bebida;

3. A inauguração, no próximo sábado, dia 30 do corrente, das novas instalações industriais de torrefação e moagem de Café Alvorada, localizadas na zona industrial de Curitiba, na Vila Hauer, as quais, aliadas a antigas instalações adotam maquinaria automática, se constituindo na mais moderna do Brasil;

4. A projeção que a nova indústria trará ao parque industrial de nosso Estado, colocando-o em posição de liderança neste setor. Requeiro à Mesa, na forma regimental, consigne-se na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de regozijo pela inauguração das novas instalações industriais de Café Alvorada, e, aprovado o presente, officie-se a Diretoria da organização, na pessoa de seu diretor presidente sr. Sylseu Pereira Alves.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971

(a) **Maurício Fruet**

Requerimento

Senhor Presidente:

Sabe a Douta Mesa e esta nobre Assembléia que, por honrosa deferência e confiança da classe militante na lavoura paranaense, também exercemos, com muito orgulho, o mandato de Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

E nessa condição, Senhor Presidente, fomos, agora, distinguidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, com o convite, referendado pelo INCRA, para visitarmos a Região Amazônica, onde o Governo da República, dentro do plano de integração nacional e num esforço gigantesco e patriótico, desenvolve os trabalhos de construção da fabulosa Transamazônica.

Nessa oportunidade, também procuraremos nos inteirar das condições em que estão sendo implantados os núcleos de colonização naquela região, a fim de se poder orientar e esclarecer centenas de famílias paranaenses que para lá procuram se dirigir.

Em face do exposto, é o presente para sugerir à Mesa a credenciação deste Deputado para, como membro desta Assembléia, também representá-la oficialmente naquela oportunidade, sem qualquer encargo financeiro para os seus cofres, mas apenas que se lhe justifique as ausências às sessões dos dias 3 e 10 de novembro vindouro.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) **Lázaro Dumont**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário sejam dirigidas as mais calorosas felicitações aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, Ministro da Agricultura Cirne Lima, e Diretor-Presidente do INCRA José Francisco de Moura Cavalcanti, pela assinatura, em data de ontem, do decreto que estabelece as áreas prioritárias para implantação da Reforma Agrária.

O importante documento inclui 33 Municípios paranaenses, habilitando-os aos benefícios da grande e patriótica iniciativa.

As referidas áreas ficarão sob jurisdição e coordenação do INCRA, cuja ação dirigir-se-á no sentido do condicionamento do uso da terra à sua função social; promoção da justa e adequada distribuição da propriedade; constituição de 50 mil unidades familiares; organização de até 50 Cooperativas integrais de Reforma Agrária; regularização da situação dos imóveis localizados na zona,

preservando sempre o domínio da União; preservação das áreas de proteção à fauna, à flora e outros recursos naturais, resguardando as de atividades predatórias.

É a Revolução que chega aos nossos campos anunciando o estabelecimento de normas sérias e objetivas de justa distribuição da terra aos que pretendem usá-la, efetivamente, como instrumento de progresso do Estado, revigorando suas potencialidades sócio-econômicas, colocando-o dentro das melhores condições de bem servir à Nação.

É a transformação da má fisionomia de desmandos e aberrações de toda sorte, causadores de trogelias a direitos feridos pela violência, pelo aventureirismo, pela sordidez da grilagem criminosas.

É a redenção dos verdadeiros homens de trabalho construtivo, sua fixação nos domínios que, por justiça, lhes pertence.

Podemos todos bem aquilatar da magnífica extensão do ato presidencial, de vez que ele encerra o acudimento a antigos e repetidos rogos de nossas autoridades e do nosso povo. É a Reforma Agrária sem as cores negras da demagogia inconsequente, é a Justiça Social que ganha novo alento, é a pá de cal na obstinação dos que se opõem à conquista de um progresso reclamado pelos mais sagrados interesses nacionais.

E quando a grata notícia enseja tantas alegrias e justifica o aflorar de tantas esperanças novas, oportuno lembremos da conveniência de um apelo àquelas destacadas autoridades da República, representado pela almejada concordância das mesmas em admitirem uma pronta reformulação do Convênio existente entre o Estado e a União, através da qual viesse a ser atribuído à COFFIPAR, em representação de nossos interesses ligados ao grande problema em trato, maior soma de poderes, assim permitindo-lhe que, em ação conjunta com o INCRA, trouxesse soluções perfeitamente identificadas com nossas realidades e reclamos.

Finalmente, o Paraná presta ao Chefe da Nação, ao Ministro Cirne Lima e ao diretor-presidente do INCRA, o seu mais respeitoso e sincero preito de gratidão pelo ato adotado, bem como proclama a sua confiança de que, com o mesmo, raiará entre nossa a aguardada alvorada de paz social e de justa e humana retribuição ao trabalho dos nossos irmãos dos campos.

Sala das sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Ivo Thomazoni

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, e tendo em vista a inauguração, no próximo domingo, dia 31 do mês corrente, em Curitiba, no Km. 4 da BR-116 (saída para São Paulo), do PR-3, Camping do Curitiba, e levando-se em consideração:

a) — A importante contribuição para o desenvolvimento da indústria do turismo em nosso Estado;

b) — A dissiminação em todo o território nacional, dos adeptos do capitalismo, integrando nossas regiões e permitindo maiores facilidades de entrelaçamento entre o nosso povo;

c) — A lacuna que será, agora, preenchida com a inauguração aludida, requiro à Mesa que se conste, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje o inteiro teor deste requerimento, e, aprovado o presente, oficie-se o "CAMPING CLUBE DO BRASIL", à rua XV de Novembro, 551 — s/302, na pessoa do Diretor do Departamento do Paraná, eng.º Luiz Augusto Justus Soares, participando-o da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Maurício Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, regimentalmente, a transcrição na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, do artigo publicado na edição de ontem, pelo jornal "Fôlha de Londrina", sob o título "TESE ABSURDA".

No referido trabalho, o articulista analisa com muita propriedade a absurda pretensão do Prefeito da cidade de Guaratinguetá, que recentemente sugeriu a extinção das Câmaras Municipais em cidades com menos de 200 mil habitantes.

Ressaltando a impraticabilidade da medida e ao mesmo tempo demonstrando a necessidade e a eficiência dos trabalhos legislativos em todos os Municípios, adota a "Fôlha de Londrina" posição em defesa dos princípios que norteiam a democracia.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, ao Diretor da Fôlha de Londrina, cumprimentando-o pelos felizes conceitos emitidos no referido artigo.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Maurício Fruct.

Em anexo: Recorte do artigo "TESE ABSURDA".

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas faculdades regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura, solicitando seja pelo órgão competente autorizado o Colégio Estadual de Francisco Beltrão a proceder na época oportuna de Madureza Ginásial aos jovens nele inscritos na região Sudoeste paranaense.

Tal solicitação se prende, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao fato de que na cidade de Francisco Beltrão mais de 400 estudantes estão inscritos ao citado exame, além de em toda a região haver mais de 1.500 em idênticas condições.

A par do grande benefício educacional que essa autorização significaria para o Sudoeste, evitar-se-ia o deslocamento desses jovens para esta Capital e, em consequência, suas famílias, muitas desprovidas de recursos, não teriam gastos de monta que representa, sem dúvida, essa viagem.

Ao lado desses argumentos, podemos alinhar ainda, outro dos mais importantes, o de que o corpo docente do Ensino Médio de Francisco Beltrão está, excelentemente, preparado para o exercício da função aqui proposta, visto como, compõe-se de um grande número de mestres habilitados em concursos públicos — com padrões, pois, — e titulados em Faculdades de Filosofia.

Requer-se, outrossim, seja do presente requerimento dado conhecimento integral à Direção do Colégio Estadual de Francisco Beltrão, à sua Inspeção Regional de Ensino, à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Cândido Martins de Oliveira

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 248-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "DOM MANUEL DA SILVEIRA D'ELBOUX" a estabelecimento de Ensino Primário, sediado na Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) — Acyr José

JUSTIFICATIVA:

Pouco antes do evento que retirou do convívio nosso o Arcebispo Dom Manuel da Silveira D'Elboux, disse ele, referindo-se à missão da Igreja em nossos dias, que ela devia ser apenas e sempre pastoral e evangelizadora. E agora em que está próximo o primeiro aniversário de seu falecimento, quando o tempo já nos dá uma certa perspectiva para analisar a atuação daquele que foi Pastor de nossa amada Curitiba e de seu Povo, podemos constatar que ela foi sempre dirigida naquele sentido: orientar, para que todos tivéssemos consciência de nossa responsabilidade perante os destinos da comunidade; e evangelizar para que cada um de nós sentisse a glória de ser filho de Deus.

E essa orientação, e essa evangelização, DOM MANUEL DA SILVEIRA D'ELBOUX as empreendeu, sempre, no âmbito escolar, no convívio diário com as crianças que ele sabia amar paternalmente, com toda força de seu amor cristão. A vida de Dom MANUEL D'ELBOUX foi sempre um dedicar-se constante à criação de escolas. Deixou-as em todos os níveis. Sua obra na consolidação da Universidade Católica do Paraná foi de uma clarividência verdadeiramente apostólica, sua enérgica decisão na implantação do Pequeno Cotingo em Curitiba, abriu para crianças e adultos das mais modestas condições econômicas, possibilidades imensas de integração comunitária.

As inúmeras escolas primárias que colocou em funcionamento dos distritos de Santa Felicidade, São Braz e Umbará, são atestado permanente de sua preocupação com a educação de nossas crianças.

E no entanto, quem tanto fez pelo Ensino de nosso Estado, ainda não teve seu nome escrito para a posteridade através da denominação de um estabelecimento escolar.

Entendemos ser mais que tempo para que o Povo aqui representado preste essa homenagem à memória e à obra de D. Manuel da Silveira D'Elboux, o que, certamente assim o entenderão os nobres Deputados, por ser a iniciativa um ato de justiça àquele que tanto deu de si em favor de nossa cidade —, dando-lhe seu honroso e indispensável apoio.

Projeto de Lei n. 249-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio no Distrito de Bentópolis, município de Guaraci, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) — **Quiêlse Crisóstomo**

JUSTIFICATIVA:

Existe no Distrito de Bentópolis, uma população de 130 alunos nas 4 (Quatro) Séries Ginasiais, que são obrigados a se deslocarem para a Sede do Município a fim de estudar. Desta maneira, justifica-se plenamente a criação de Ginásio.

Projeto de Lei N. 255-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Artigo 1.º — Fica criado o Município de FRANCISCO ALVES, desmembrado do Município de Iporã, sendo constituído pelos atuais Distritos de Francisco Alves e Rio Bonito.

Artigo 2.º — O Município de Francisco Alves constituído das áreas territoriais dos citados Distritos Administrativos será como sede a cidade de Francisco Alves e como unidade distrital o atual Distrito Rio Bonito, ficando delimitado e definido pelos seguintes limites e confrontações:

— Começa no marco de lei cravado no perímetro divisor dos lotes numéricos 191 e 113, à margem direita do rio Piquiri, e com o rumo Norte, segue pelo perímetro divisor de lotes, até alcançar a cabeceira do córrego denominado "Córrego da Divisa", descendo pelo mencionado córrego, até a barra do rio Kambré, descendo pelo mencionado rio até a barra do rio Piquiri, subindo pelo mencionado rio até encontrar o marco, ponto de partida.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA

ENFOQUE GENÉTICO

A importância do municipalismo na moderna organização democrática brasileira é incontestável.

O seu funcionamento e desenvolvimento consolidam a expansão do regime democrático.

Por isso mesmo, um dos nossos maiores constitucionalistas, Prof. Pinto Ferreira, com sua proverbial agudeza lembra que o município é tanto uma instituição sociológica como uma entidade legal. Condições de fato existem para que uma entidade seja reputada como um município, que depois a própria lei reconhece...

O município tem sido um dos esteios da vida política administrativa brasileira.

Um breve esboço histórico-constitucional revela que o conceito de Município flutuou ao sabor dos diversos regimes, para, afinal, a partir da Constituição de 1946 ganhar a sua firmeza institucional, capaz de lhe garantir o "self-Government" e a posição autônômica atual.

É importante ressaltar que a criação de um município não se esgota em um problema puramente jurídico.

Trata-se, na realidade, de questão eminentemente política, tomado o termo na sua acepção mais ampla, pois se a política ou ciência do Estado não integra e abrange, em síntese, todos os elementos sociais e econômicos, históricos e éticos, jurídicos, geográficos, demográficos ou étnicos de qualquer esfera da realidade humana, não pode deixar também de levá-los em conta, com dados essenciais ao alcance de seu objetivo precípuo, que é o bem comum da sociedade.

É também sob este enfoque que se pretende através a presente lei a municipalização do atual distrito de Iporã, denominado Francisco Alves.

Tendo sido satisfeito todos os requisitos estabelecidos em lei, resta evidente a legitimidade de sua aspiração.

É da data da Resolução n.º 23/68 de 17.12.68, desta Casa, que autorizou a consulta plebiscitária, até os presentes dias, o crescimento e desenvolvimento de Francisco Alves está a demonstrar, sobejamente, a viabilidade de alcançar o "status" municipal.

Após aquela data Francisco Alves aumentou a sua população, não só pela elevação da taxa de natalidade, mas principalmente pela corporação migratória. A sua produção agrícola teve efetivo e expressivo crescimento, gerando ainda maior receita tributária.

É mais: a TELEPAR está instalando um posto telefônico e a FUNDEPAR está entregando uma moderníssimo prédio escolar onde funcionará o ginásio.

Recentemente o Governador do Estado assinou ordem de serviço autorizando o início da pavimentação no trecho Iporã-Francisco Alves-Guaíra.

Não há dúvida que o acionamento de todas estas providências ensejará a explicação de todas as suas virtualidades econômicas, sociais e políticas.

A municipalidade de Francisco Alves traria duas fatais consequências: maior desenvolvimento local e maior desenvolvimento micro regional.

De ambas as consequências resulta um grande beneficiário: o Estado do Paraná.

A JURIDICIDADE

É claro, porém, que a existência de condições fáticas não leva necessariamente a que uma determinada comunidade possa exigir a sua configuração como município.

Tal transformação dependeria ainda da criação através da própria lei.

Vale lembrar o que escreveu à propósito Miguel Reale: "A realização das condições de fato, previstas na lei não confere à povoação de um território o direito de ser município, ou seja, não dá nascimento a um direito subjetivo público correlato à obrigação do Estado de proferir o ato solene e declaração da alnejaçada autonomia municipal".

Dai a afirmação categórica de Pontes de Miranda que, sob este prisma, se nos afigura procedente:

"o município de hoje existe porque a lei quer"

(Parecer na Rev. For.)

No direito brasileiro, o poder de criar municípios, como entidades jurídicas, cabe aos Estados Federados. É uma faculdade discricionária de agir. É ato legal constitutivo e não declaratório.

Quando o Estado estabelece limites ou condições para a criação de municípios, não faz senão fixar a latitude de sua discricionariedade.

Como doutrinou Pinto Ferreira:

"O Estado não se restringe a certificar simplesmente a existência das condições previstas, porque lhe cabe apreciar e avaliar tais condições, reconhecendo as ou não segundo um critério superior de oportunidade das entidades autárquicas territoriais é, pois, discricionário e constitutivo".

O município é, portanto, uma criação do direito que pressupõe, no entanto, uma formação natural, sendo derivado o poder político por ela exercido.

Como magistralmente observou Reale:

"A pessoa jurídica é uma criação do Direito (lei) e não uma situação de fato. A nota de juridicidade é algo que se acrescenta à realidade social, dando-lhe uma dimensão específica".

E mais adiante:

"quando o Estado estabelece limites ou condições para a criação de um município, não faz senão fixar a latitude de sua discricionariedade".

No regime constitucional brasileiro, os Estados membros têm poderes reservados para a sua auto-organização constitucional, dentro dos princípios constitucionais da União, e ao mesmo tempo que se organizam também as bases do Governo municipal, respeitando-lhe a autonomia, de conformidade com a lei fundamental.

"Os Estados assim fixam o número de suas comunas, as quais respondem sobre uma base físico-territorial, pois os municípios são corporações territoriais de direito público".

"O Estado — membro — diz Pinto Ferreira — tem competência para alterar os limites territoriais, em face do seu poder de fixação do número de comunas, podendo criá-las, modificá-las ou suprimi-la".

A Constituição Federal em seu artigo 14 diz que a "lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos da população a renda pública, bem como a forma de consulta prévia às populações para a criação de municípios".

Em seu parágrafo único:

"A organização municipal, variável segundo as peculiaridades locais, a criação de municípios e a respectiva divisão em distritos dependerão de lei".

Segue-se que na atual sistemática jurídica brasileira, a criação de município obedece a duas premissas básicas:

a) o cumprimento dos requisitos mínimos exigidos pela lei complementar n.º 1 e

b) dependência de lei criadora.

Em referência a premissa "a" diz Geraldo Ataliba em seu recentíssimo ensaio acerca da Lei Complementar na Constituição "A criação de municípios, bem como sua divisão em distritos depende de lei do Estado. Esta porém, à sua vez, depende de critérios gerais normativamente estabelecidos pela lei complementar (art. 14) que deverá estabelecer "os requisitos mínimos de população e renda pública, bem como a forma de consulta prévia às populações". A lei complementar, portanto — para ser constitucional e não invadir a autonomia dos Estados e dos próprios municípios — deve limitar-se a regular o plebiscito e estabelecer a população e renda condicionais à criação, que por sua vez se dá através de lei estadual; no caso, vinculado ao resultado plebiscito.

A lei complementar prevista pelo Art. 14 da Carta Constitucional já foi promulgada e tomou n.º 1. É boa bem redigida e correta, e sob todos os aspectos formais" (Lei complementar na Constituição, Rev. dos Trib. Agosto de 1971 — grifamos).

É evidente — quanto à premissa B — que a lei a que se refere o parágrafo único do artigo 14 da Constituição Federal, é lei estadual.

Pois é princípio tradicional do direito brasileiro o disposto no art. 13 da Constituição Federal:

"Os Estados organizar-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem..."

A Constituição Estadual por sua vez em seu artigo 166 sentenciou:

"A criação de municípios, bem como sua divisão em distritos, far-se-á mediante lei, observados os requisitos e condições da lei complementar da Constituição Federal".

Assim, conclusivamente, toda a legislação positiva que regula a matéria (Const., Federal, Ato Complementar n.º 1, Constituição Estadual e Lei Orgânica dos Municípios) está sendo atendida e cumprida, conferindo ao presente projeto perfeita juridicidade.

PROJETO DE LEI N. 256-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraima a Quêrência do Norte, em um trecho aproximado de 25 Kms.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) — *Antônio Costa*

JUSTIFICATIVA:

A presente Lei tem por finalidade diminuir os encargos pecuniários dos Municípios citados, no que concerne à conservação e melhoria do trecho de estrada mencionado. A estadualização dessa via rodoviária de acesso às duas cidades, propiciará acentuada melhoria no tráfego bem como dará oportunidade, com os recursos estaduais, encurtar o trajeto com relativa modernização.

Desta maneira, submetemos à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 257-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a respon-

sabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Icaraima a Ivaté, em um trecho aproximado de 20 Kms.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1971.

(a) — Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

O desiderato da presente lei é o de atender uma premente necessidade da próspera região dos Municípios em questão. Com a melhoria desses setores rodoviário, o tráfego apresentará condições mais favoráveis para o escoamento dos produtos daquela fértil área geográfica.

A responsabilidade estatal na conservação e melhoria da estrada deixará ainda de onerar os cofres das respectivas Prefeituras e propiciará aplicação desses recursos, pelos Municípios, em outros setores da administração Municipal.

Assim, submetemos à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Presidência tem a honra e a satisfação de anunciar a presença, nesta Casa, do ilustre Vereador de Paranaíba, Sr. Segismundo Gonçalves.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme Vs. Exas. tiveram oportunidade de ouvir, pela leitura do eminente Sr. 1.º Secretário, Deputado Ivo Tomazoni, demos ciência à Assembléia Legislativa da inauguração da mais moderna torrefação e moagem de café do Brasil, em Curitiba, pertencente a Organização Café Alvorada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo que nos traz, nesta tarde, a esta Tribuna, é para enaltecer o magnífico trabalho que vem sendo desenvolvido por essa organização, com intuito e objetivo de assegurar melhor qualidade ao nosso café, que é o melhor do mundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos deixar também registrado que será inaugurado, dia 1.º, em Curitiba, a sede do Camping BR-3 — Camping de Curitiba. Essa iniciativa particular merece todo o prestígio deste Poder e do Poder Executivo, porque a instalação do Camping será de grande desenvolvimento para nossa, infelizmente, incipiente indústria de turismo disseminada de forma extraordinária em todo o território nacional e no mundo interno; a prática do campismo, pela facilidade que oferece aos seus adeptos, se constitui num premente esforço de particulares, conforme já ressaltamos, para o desenvolvimento do turismo em nossa Pátria.

Por esta razão, fizemos questão de fazer constar na Ata dos trabalhos da sessão, os dois fatos. Agradecemos a solicitude do Sr. Deputado Gabriel Manoel, que há instantes comentava o significado, para a Capital paranaense e o Estado do Paraná, da inauguração desse Campo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa presença na Tribuna é para registrar um acontecimento que para a região representada por nós nesta Assembléia, diz muito de perto. Referimo-nos ao ato do Sr. Presidente da República, ontem consubstanciado num Decreto Presidencial.

Sr. Presidente, o Paraná e o Brasil inteiro acostumaram-se a tomar conhecimento, pelo noticiário da imprensa local e nacional, dos acontecimentos verificados na faixa do Sudoeste e Oeste paranaense. Noticiário que, além de marcar a presença nos Governos de antes da Revolução de março, páginas negras da história de nossa terra, serviram para marcar a rica região do Sudoeste paranaense como se fora a região refúgio dos bandoleiros foragidos dos outros Estados da Federação Brasileira.

Quantas vezes nos preocupamos e tivemos ao nosso lado o trabalho doutrinal de tantos homens públicos, de tantos pioneiros, trabalho íngente, no sentido de dizer ao Brasil que o Sudoeste do Paraná, longe de se constituir em refúgio de criminosos foragidos do Rio Grande do Sul, era a região e é a região habitada por elementos humanos de sentimentos cristãos e de brasilidade acima do comum, que ali constituíram uma nova civilização e demonstraram que, mesmo sem as benesses de tantos governos, mas com o sacrifício de suas próprias vidas, derrubaram as matas, abriram caminhos, construíram escolas e hospitais, lavraram e semearam a terra, tornando-a produtiva e, da sua extraordinária capacidade de produção, passaram a alimentar os grandes centros populacionais do País.

Este Oeste e este Sudoeste tão sofridos, estiveram a clamar, durante muitos anos, por uma Legislação mais séria, por uma Legislação mais austera que pudesse, de uma vez por todas, eliminar um verdadeiro cancro que é o problema litigioso da posse das porções de terra ali localizadas.

O Sr. Presidente da República, o eminente Gal. Emilio Garrastazu Méndez, este homem que tem dado, ao Brasil e ao mundo, provas de ser possuidor de um tino administrativo fora do comum, no dia de ontem assinou Decreto implantando em trinta e três Municípios paranaenses a Reforma Agrária, nos termos em que ali especifica.

Desejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados que, com a audiência do Plenário, sejam dirigidas as mais calorosas felicitações aos Exmos. Sr. Presidente da República, Sr. Ministro da Agricultura e Sr. Presidente do INCRA pela assinatura, como disse, no dia de ontem, do Decreto que estabelece no Paraná as áreas prioritárias para a implantação da Reforma Agrária.

O importante documento declarou trinta e três Municípios paranaenses integrados nos benefícios da grande e patriótica iniciativa, que são: Altona, Iporã, Terra Roxa do Oeste, Guaira, Palotina, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Santa Helena, Matelândia, Cascavel Céu Azul, Medianeira, São Miguel do Iguçu, Foz do Iguçu, Capitão Leônidas Marques, Capanema, Planalto, Realeza, Salto do Lontra, Dois Vizinhos, Santa Isabel do Oeste, Pérola do Oeste, Ampere, Eneas Marques, Catanduvas, Verê, Santo Antônio do Sudoeste, Salgado Filho, Barracão, Francisco Beltrão, Marmeleiro e Renascença.

As referidas áreas ficarão sob a jurisdição e a coordenação do INCRA, cuja ação será no sentido do engrandecimento do uso da terra, a sua função essencial.

Haverá a promoção da justa e adequada distribuição da propriedade; a constituição de 50 mil unidades familiares; a organização de até 50 cooperativas integrais de reforma agrária; regularização da situação dos imóveis localizados na zona, preservando sempre o domínio da União.

Não precisaríamos recordar, neste instante, acontecimentos recentes e de tão triste lembrança ocorridos nas áreas litigiosas de porções de terras encontradas nesses Municípios, além da ação objetiva na coordenação do desenvolvimento de um trabalho integral, agrupando-se os moradores da área em cooperativas de desenvolvimento, o que consideramos talvez o passo mais importante; será a ação direta em que o Governo do Estado, declarando a área como prioritária para a reforma agrária, poderá aplicar a legislação mais contundente, quem sabe, aquela tida por muitos como severa demais, mas tão necessária para a eliminação dos focos de agitação ali ainda existentes; procurará por certo, esta legislação, a preservação também das

áreas de proteção à fauna, à flora e outros recursos naturais, resguardando as atividades predatórias.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu queria inicialmente me associar às manifestações de alegria e de entusiasmo de V. Exa. por esse decreto; quero entretanto manifestar também, a minha esperança que a ação do Governo não se resume apenas nesse decreto, que transforma em coisa prática aquela pretensão que ele manifesta nesse programa.

V. Exa. se refere como um dos pontos positivos da inclusão em grande parte do Sudoeste e Oeste Paranaense, como zona prioritária da reforma agrária, a possibilidade do Governo, usar naquela região a legislação mais contundente — como diz V. Exa. — e que eu presumo seja ela a legislação de exceção, que o Governo dispõe hoje.

Quero entretanto lembrar a V. Exa. que a agitação que tem ocorrido no Sudoeste Paranaense, em grande parte, é culpa do próprio Governo.

Veja V. Exa., há anos que as terras de Capitão Leônidas Marques e as terras de tantos outros Municípios estão dependendo de órgãos do Governo, para a sua legalização. Não sei como o Governo poderá fazer reforma agrária, sem legalizar primeiro as terras de Capitão Leônidas Marques e de Aparecidinha e tantos outros Municípios do Paraná. Primeiramente era o IBRA, depois passou para o INDA, posteriormente foi INCRA. Só trocam o rótulo, jamais fizeram coisa alguma naquela região.

Quero, neste momento, prestar a minha homenagem ao GETSOP. Este sim é um órgão que trabalhou, um órgão que levou paz e tranquilidade ao Sudoeste do Paraná, órgão que foi criado infelizmente para atender especificamente uma gleba e deu cabal desempenho de sua missão; entretanto, os demais órgãos, IBRA, INDA, INCRA, que eram responsáveis por grandes áreas litigiosas no Sudoeste do Paraná, jamais puderam levar a bom termo a sua missão. Estes sim, eram responsáveis pela agitação do Oeste Paranaense.

Dispõe um artigo desse decreto presidencial, que será dada prioridade também à legalização daquelas áreas de terras. É isso que esperamos, nobre Deputado Ivo Tomazoni, porque jamais poderá se fazer reforma agrária na região de Capitão Leônidas Marques, sem que se dê aquelas que ocupam as terras, o título de propriedade das mesmas.

Estas as esperanças que queremos deixar nos Aíais da Casa, ao nos associarmos a V. Exa.

O SR. IVO TOMAZONI — Agradecemos a V. Exa. a manifestação de regozijo pelo evento do decreto.

Discordamos de V. Exa., de que os órgãos encarregados do trato da legalização da terra no âmbito do Governo Federal, sejam os responsáveis pelas agitações ocorridas em algumas glebas do nosso Estado.

Quando V. Exa., Sr. Deputado, elogia a ação do GETSOP a qual nos associamos porque ninguém mais do que nós defende intransigentemente a tese de que o GETSOP deveria ampliar a sua área de jurisdição para atuar nas outras glebas, da maneira como fez nas glebas Missões e Chopim e parte da de Chopinzinho. Queremos afirmar aqui que o GETSOP nasceu graças a uma legislação contundente de exceção que foi aquela que o Sr. Presidente da República, usando da prerrogativa da desapropriação por interesse social, e expropriando as pseudas-colonizadoras, que de colonizadoras nada tinham se não um grupo de homens armados ao seu serviço, causando tropelias, cometendo desumanidade, desalojando posseiros, matando os que se insurgiam contra os prejos abusivos. Esta legislação contundente aplica para a criação do GETSOP, é aquela que nós defendemos para que, de uma vez por todas, sanem os problemas ainda existentes nas áreas mais do Sudoeste, existentes por exemplo no Município de Barracão, no Município d S. João, Chopinzinho, S. Jorge do Oeste, e mais ao Oeste, à margem direita do Rio Igua-

em no Município de Capitão Leônidas Marques, no Município de Medianeira, Município de Toledo, no Município também das imediações de Medianeira, de Cascavel, de Matelândia principalmente aonde, diariamente, posseiros continuam sendo escurraçados. Estávamos quando concedi o aparte a V. Exa., por dizer que é a Revolução que chega aos nossos campos, anunciando o estabelecimento de normas sérias e objetivas, da justa distribuição de terras, aos que pretendem usá-la efetivamente como instrumento de progresso do Estado, revigorando esta potencialidade sócio-econômica, colocando-o dentro das melhores condições de bem servir à Pátria brasileira.

É a transformação da má fisionomia, de desmandos, de obstinações à toda a sorte, causadores, como disse no início da minha alocução, de tropelias a direitos feridos pela violência, pelo aventureirismo, pela sordidez da grilagem criminosa que ali se comete. É, em nosso entender, a redenção dos verdadeiros homens de trabalho construtivo, sua fixação nos domínios que por justiça lhes pertence pelo trabalho ali desenvolvido na valorização da área. Podemos todos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, bem aquilatar, da magnífica extensão do ato presidencial, de vez que ele encerra o acudimento a antigos e repetidos rogos de nossas autoridades e dos nossos coestaduanos, é a reforma agrária, sem as cores negras da demagogia inconsequente, das éras passadas, da década 50 a 60. É a justiça social que ganha novo alento, é, Srs. Deputados, a pá de cal na obstinação dos que se opõem à conquista de um progresso reclamado pelos mais sagrados interesses nacionais. Mas, Srs. Deputados, e quando a grata notícia enseja tantas alegrias e justifica o aflorar de tantas esperanças novas, é oportuno lembrarmos, neste instante, a conveniência de um apelo a ser formulado e o fazemos neste requerimento àquelas destacadas autoridades da República, apelo representado pela almejada concordância das mesmas em admitirem uma pronta reformulação do Convênio existente entre o Estado do Paraná e a União, através do qual viesse a ser atribuída à Cofipar, em representação dos nossos interesses ligados ao grande problema, encontrando maior soma de poderes, assim lhe permitindo que em ação conjunta com o Incra, trouxesse relações perfeitamente identificadas, com as nossas realidades e com os nossos reclamos. Queremos lembrar aos Srs. Deputados que desde o evento da Revolução de 1964, no Governo do saudoso Presidente Arthur da Costa e Silva, todas as lideranças regionais do Oeste e do Sudoeste, assessorados pelos homens da DGTC, que preocupados com a solução do problema da posse da terra naquela região, clamavam por um órgão que tivesse autoridade suficiente para fixar os posseiros na porção de terras que ocupavam naquele Governo. Conseguimos o primeiro protocolo entre o Estado e a União e, posteriormente, conservados no Convênio Paraná-União, criou-se a Comissão Especial de Faixa de Fronteira, para as Terras daquela Faixa e a Cofipar, organizada com representantes da União e do Estado, não teve pelo Convênio a autoridade que deveria ter para exercer ali um trabalho mais objetivo que lhe possibilitasse superar os litígios usando a legislação mais contundente da desapropriação alienando os lotes em favor dos posseiros. Neste Governo do Sr. Haroldo Leon Peres, já com a sua nomeação para a Diretoria do DGTC, o Sr. Coronel Clovis Cunha Viana, em várias incursões feitas na Casa Militar da Presidência da República junto ao Ministro da Agricultura, ao Presidente da Incra, procurou a autoridade que se atribuiu ao GETSOP para que a Cofipar nos mesmos moldes do GETSOP, atuando com a mesma autoridade moral, também pudesse, por um termo às brigas existentes entre titulados, fazendeiros, posseiros, e intrusos. É agora, no instante em que o Sr. Presidente da República se preocupa com a solução deste grave problema, o momento oportuno para que esta Casa, que tem a representar o povo paranaense, o que é mais legítimo o Paraná poderia para aqui mandar, que são os Srs. Deputados, preocupados em oferecer ao seu povo aquele clima de ordem, de paz social de tranquilidade para que haja progresso, para que formulemos juntos, o apelo àquelas autoridades da República, no sentido de

que se aceite o trabalho, já em mãos do Presidente do Incra, que propõe a nova estrutura para a Cofipar e que está sendo-lhe concedido, desenvolvendo um trabalho de campo haverá, temos certeza, pela lisura com que os Governos atuais estão se mantendo, no trato da coisa pública, de superar, de uma vez por todas, de dar solução definitiva e não mais paliativa, aos problemas de terras. Haveremos de encontrar esta solução e esta encontrada, a nossa região do Estado e do Sudoeste, a curto prazo, haverá de se constituir naquilo que nós sempre nela vimos: na região de liderança econômica, em função da recente cultura que ali se estabeleceu; da pecuária que ali floresceu; da gente que ali habita, preocupada com a grandeza da região, com o futuro do Estado e com a grandeza da Nação.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assembleia).

V. Exa. está dando especial atenção, na exposição do Decreto Presidencial, a um aspecto regional que de fato merece a primeira de nossas preocupações; que é justamente daquela área em que existe controvérsias, em que existe disputa entre o posseiro, entre o titular e entre o intruso.

Exemplificando, o que ocorre nos dias de hoje, poderia citar a V. Exa., sabe tão bem e melhor do que eu, o caso de Barracão, onde estamos assistindo, e, pela correspondência semanal, sobre esta gleba, há uma situação que eu, sinceramente, não gostaria de prever o defecho dela. Não me parece das melhores; é o que o Governo, com este decreto, resolveu prontamente tomar parte nas dependências que lá se verificam.

Existe um outro aspecto e a este me referi no aparte anterior, quando atribui aos órgãos do Governo também uma certa culpa no que vem ocorrendo no Sudoeste do Paraná. E que existem áreas onde não mais ocorrem estas disputas.

Veja V. Exa. o caso de Capitão Leônidas Marques e de Aparecidinha. Não existe mais pendência sobre a terra. Os posseiros já lá se encontram; restam apenas serem titulados os lotes.

O SR. IVO TOMAZONI — Se V. Exa. nos permite interromper o aparte, apenas para justificar V. Exa., vamos nos fixar: não existe disputa pela posse da terra na área propriamente a cargo e sob a responsabilidade do INCRA, mas se V. Exa. verificar, a área de terras da famosa e decantada fazenda Mário Cesar, V. Exa. há de verificar que cerca de 300 famílias ali distribuídas estão hoje ainda sofrendo violências de toda a sorte que só uma legislação contundente e com base numa ação de autoridade maior deferida a uma comissão mista, poderá dar solução.

O Sr. Sebastião Rodrigues — ... Concordei com V. Exa. e já disse, inclusive, que é justificada a preocupação de V. Exa., como a primeira, incampanando-a também para mim. Eu disse a V. Exa. que justifico que seja esta a nossa preocupação. Mas o que eu não entendo é que naquelas áreas já sob a jurisdição do INCRA, não há disputa. Não entendo porque até hoje o INCRA não titulou aquelas terras. Sei que na época do INDA e aí vem a minha descrença, titulou 30 lotes e isto custou 30 milhões de cruzeiros, ao Governo. Cada lote daqueles, dos trabalhos de medições, de uma série de outros trabalhos, ida de viagens para lá e para cá, foi a terra mais cara que se titulou neste País. Não entendo porque, por exemplo, nesta área, não existe disputa de terra mais, porque o INCRA não titula, porque isto está atrapalhando, primeiro a concessão de crédito àqueles que lá trabalham. V. Exa. bem sabe que qualquer organismo oficial de crédito exige pelo menos os títulos de terra para se conceder algum empréstimo. Não compreendo porque passam anos e as autoridades responsáveis pela titulação das terras, não as titulam. Que não é impossível, não é. Se o GETSOP mostrou, distribuindo milhares de títulos, porque, então, o INCRA, que é um órgão federal, não faz o mesmo V. Exa. admitiu comigo, no passado, a falência destes órgãos, e admitiu ao propor que se estendesse a jurisdição do GETSOP sobre aquelas áreas, e solidarizei-me com V. Exa. Justamente o que quero dizer a

V. Exa. é que precisamos de órgãos como o GETSOP, porque o jeito que as coisas vão indo, hão de passar mais de cem anos sem que o INCRA titule qualquer terra naquela região.

O SR. IVO TOMAZONI — Quem ouve o aparte de V. Exa. haverá de pensar que o INCRA é um órgão desprovido de qualquer conhecimento na solução de problemas de terras, altamente oneroso ao Governo da República e incapaz de desempenhar o trabalho para o qual foi criado. Contestamos V. Exa. e afirmamos que muito embora reconheçamos a morosidade do INCRA na solução de determinados problemas e tanto reconhecemos que fizemos neste requerimento um apêlo para que as autoridades federais aceitem as sugestões formuladas pelo Governo do Estado, através do DGTC, no sentido de conferir à COFIPAR maior soma de autoridade, para que ela entre no problema e o resolva de vez — devemos dizer que o INCRA fez o levantamento de todas as posses existentes em Capitão Leônidas Marques; procedeu à medição de todas as ocupações; com o dinheiro arrecadado construir dezenas de escolas na área rural. Suplementou o pagamento de professoras, contratando muitas delas, permitindo o ensino para os filhos dos posseiros. Com máquinas de propriedade do INCRA se abriram as poucas — é verdade — mas únicas estradas existentes naquela área municipal.

Porém o INCRA ainda não tem a estrutura administrativa que gostaríamos que tivesse, daí a razão do valor do apêlo que fazemos, porque a COFIPAR poderia unir os dois órgãos encarregados do trato do problema no Estado — do Estado, o DGTC e da União o INCRA. Porque S. Exa. parece que não acredita que o INCRA possa ter estrutura capaz de cobrir a área toda.

Estamos falando sem qualquer sentido demagógico. Poderíamos vir à Tribuna elogiar o ato presidencial e nos sentir satisfeitos por ter aqui podido enaltecer o Presidente da República por uma medida acertada e em tão boa hora adotada. Mas viemos para dizer que se não tivermos este órgão com uma legislação mais própria, não teremos, como precisamos, soluções para os problemas ali existentes.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Ivo Tomazoni, represento uma região que vivia e vive ainda este problema que V. Exa. aborda da Tribuna. Vários Municípios do Noroeste do Paraná, como Nova Londrina, Loanda, Querência do Norte, Monte Castelo e outros vivem o drama, o problema do posseiro, do título em duplicata, da área que tem vários proprietários. Eu, entretanto, tenho um conceito bom do INCRA. Sinto que esse Departamento não foi criado com o objetivo exclusivo de resolver litígios de terras, terras sobre cujas origens hajam dúvidas quanto à sua documentação. O espírito do INCRA é outro. Tenho, volto a repetir, do INCRA, um conceito melhor possível para um País grande como é o Brasil, País de dimensão fabulosa, e só o INCRA poderá, no futuro, dar tranquilidade a todos aqueles que são proprietários de terras.

Entretanto, nobre Deputado, na região que representamos, o INCRA tem muito trabalho para solucionar as dúvidas de terras que existem. Nova Londrina é um Município tranquilo, mas lá existem centenas de crianças que perderam seus pais em litígios de terras.

O que ocorreu em Loanda e em Querência do Norte, a imprensa nacional, por várias vezes, noticiou. Entretanto, o trabalho do INCRA está superando as dificuldades que lá existiam. E, hoje, é uma área mínima onde existem problemas. Podemos até afirmar que o problema está superado no Noroeste do Paraná. E, ainda há questão de trinta dias, saíram de Querência do Norte, quarenta famílias, para Altamira, no Norte do País, transportadas e conduzidas pelo INCRA, dando-lhes condições que aqui não haviam. Porque, o problema de terras é complexo e confuso, depende do Executivo, do Judiciário. E o INCRA nem sempre tem condições de solucionar todos.

De forma que, pelo conceito que tenho, pela vivência que tenho do problema, embora seja o mesmo moroso e complexo, o INCRA, dentro de suas possibilidades, apesar de ser um órgão novo, vem atendendo, com eficiência, a região que representamos.

O SR. IVO TOMAZONI — Queremos agradecer a V. Exa., Deputado Pinto Dias, a colaboração que nos dá, neste instante, no instante em que anúncio à Casa as providências saneadoras adotadas pelo INCRA na região que V. Exa. representa.

Acabávamos de dizer ao nobre Deputado Sebastião Rodrigues que vejo o INCRA como um órgão preocupado em dar solução a todos os problemas que estejam afetos a responsabilidade daquele órgão. E se não o faz com grande eficiência, com grande urgência, é porque, na verdade, faltam-lhe estruturas maiores, falta-lhe, quem sabe, Sr. Deputado, especificamente nos problemas da área do Sudoeste e Oeste do Paraná, uma legislação mais contundente.

Queremos crer que o decreto do Senhor Presidente da República venha dar, ao INCRA, a oportunidade de se instalar, nos diferentes núcleos litigiosos, uma autoridade maior. Porque, com a área agora considerada de prioridade para a implantação da Reforma Agrária, creio que o Senhor Presidente da República, que o Sr. Ministro da Agricultura, entenderam que esta deva ser a área prioritária para a Reforma Agrária, e, portanto, vamos ter consequências desse decreto.

Outros decretos de desapropriação é de interesse social das áreas litigiosas, e quando a área é declarada prioritária, nós sabemos que o valor da desapropriação pode ser depositado na Justiça, representada por títulos da dívida agrária.

Quantas vezes o Governo não toma uma medida saneadora necessária, urgente, por absoluta falta de recursos financeiros, quem sabe, até orçamentários. E essa legislação, pela qual nós tanto reclamamos, veja V. Exa. que não vai crítica nenhuma, e nem seria esta a oportunidade de nós criticarmos um outro Poder constituído que nós reverenciamos, ao qual dedicamos respeito total, — o apreço que dedicamos ao Poder Judiciário vem do berço, — mas as pendências judiciais, nos litígios de terra, na minha região principalmente, são questões para dezenas de anos.

As glebas Missões e Chopim, nobre Deputado Sebastião Rodrigues, V. Exa. e eu testemunhamos a morosidade com que o Poder Judiciário trata do problema. São os processos sobrestados, engavetados, sempre passíveis de recursos até extraordinários, nas mais diferentes instâncias. Razão pela qual sempre defendemos, muito embora democratas autênticos, legislação não só contundente, mas até autoritária, pessoal, do Sr. Presidente da República, na solução dos problemas, porque não pode governo nenhum assistir que se trucidem posseiros, não pode governo nenhum estar assistindo que se desalojem famílias, que se queimem ranchos, que se impeça a abertura de estradas, a construção de uma escola, pelo simples fato do proprietário, a título de que existe pendência judicial, embargar até os serviços que o Poder Público deseja levar às áreas litigiosas.

Continuo defendendo a tese de que só medidas extremas, contundentes, que demonstrem autoridade do Poder Executivo, podem, de uma vez por todas, solucionar problemas — como V. Exa. reafirmou há pouco — de permitir aos posseiros valer-se do título de propriedade para no guichê de um Banco ou qualquer estabelecimento de crédito, levantar importâncias, às vezes as mais exiguas, tão pequenas, para possibilitar-lhes lavrar a terra, adquirir sementes, adubos, prover a subsistência de suas famílias, ajudar o desenvolvimento do Estado. Porque o clima de incerteza, de insegurança, de intranquilidade, não deixa só o morador da área preocupado, mas deixa também a todos nós sobressaltados, porque em todas as visitas que fazemos à região, estamos acostumados a receber comissões de posseiros, a reclamarem, a clamarem pela justiça que não vem.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Apenas vou interferir mais uma vez no seu pronunciamento, porque gostaria que não fossem mal interpretadas as palavras que deixei registradas nos Anais da Casa, nos dois apartes que dei a V. Exa. Primeiramente, não desconheço que o INCRA seja um órgão criado não apenas para atender aos problemas

de litígios de terra; sei das demais incumbências e obrigações do INCRA. Não nego a esse órgão os meus elogios pelo grande trabalho que vem empreendendo ao lado da ACARPA e Bancos de Crédito Cooperativo, no sentido de fortalecer as cooperativas de nosso Estado e especificadamente da região que representamos nesta Casa. Reconheço isso, mas também, como citou o Sr. Deputado Pinto Dias o problema de terras é um problema complexo. O que não se pode é querer um órgão que trate de tudo ao mesmo tempo. Falta estrutura ao INCRA para tratar do problema do litígio de terras. Não estamos dizendo que falta boa vontade aos homens responsáveis pelo INCRA para resolver esse problema. Tenham eles condições ou lhes faltem estas condições o fato que o problema não está sendo resolvido. Ao lado disto lá estão, na nossa região, os posseiros, os homens que trabalham as terras sem recursos para produzir, sem recursos para progredirem, sem recursos, portanto, para promover o crescimento de nossa região. Não nego ao INCRA, quando me refiro ao INCRA não estou me referindo especificamente a esse órgão que hoje se chama INCRA, refiro-me aos órgãos que o antecederam, o IBRA, o INDA substituídos, atualmente, pelo INCRA, não nego, como ia dizendo, ao INCRA o elogio ao belo trabalho que vem desempenhando no sentido de fortalecer o cooperativismo e tantos outros trabalhos que vem desenvolvendo no Paraná. Mas, no que diz respeito a regularização das áreas litigiosas e mesmo da titulação daquelas que não são mais litigiosas tenho que fazer minhas críticas ao órgão, não críticas aos responsáveis pelo órgão porque, como disse V. Exa., muitas vezes o que falta é estrutura administrativa. Entendo que deve ser dada estrutura administrativa ao órgão. Não acredito mesmo que se possa aparelhar o INCRA para tratar do problema de terras neste País imenso. Acredito, como única solução, a subdivisão do INCRA, a criação de vários órgãos com o GETSOP. Somente desta maneira iremos ter um órgão tratando especificadamente de determinada gleba. O que ocorreu com o GETSOP foi ter ele empregado funcionários da nossa região, homens já afetos ao problema, homens que conhecem a área, a região que trabalham. E o que vimos como resultado? Tudo aquilo que esperávamos de um órgão empreendedor, como foi, na realidade, o GETSOP. Devo dizer ao Deputado Pinto Dias que nós, no Sudoeste, quando falamos em problema de terra temos o GETSOP para comparar. Este talvez seja o nosso grande problema, porque tivemos um órgão que trabalhou e sentimos que outros órgãos poderiam fazer o que fez o GETSOP. Vamos então, procurar criar uma estrutura dentro do INCRA para favorecer o surgimento de vários órgãos como o GETSOP, para que possamos, a curto prazo, ver regularizadas aquelas áreas de terras. Referindo-me sempre a Cap. Leônidas Marques e Aparecidinha, onde não mais existem litígios, não entendemos o motivo porque os anos passam e os títulos não surgem. Vamos dar estrutura administrativa ao INCRA para que possa trabalhar neste sentido. Talvez a solução esteja justamente naquilo que disse o Deputado Pinto Dias, nas grandes atribuições do INCRA, nas imensas atribuições do INCRA e em razão disto o melhor seria criar um órgão especificadamente para tratar dos títulos daquelas terras do Sudoeste do Paraná. Não nego ao INCRA o reconhecimento pelo belo trabalho que vem desenvolvendo em vários setores, também, não estou criticando os responsáveis pelo INCRA. O que critico é a total ausência de estrutura administrativa do INCRA para levar a bom termo o seu trabalho no que diz respeito a regularização das áreas litigiosas do Oeste do Paraná.

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. merece elogios deste Deputado que está na Tribuna. Como Deputado de oposição, V. Exa. se saiu extraordinariamente bem no instante em que um Deputado da ARENA, desta Tribuna pretende dar um significado grandioso à medida Presidencial, consubstanciada no Decreto Presidencial. V. Exa. neste seu aparte de oposição, pretende denunciar à Casa a inoperância de um órgão do Governo Federal encarregado de resolver problemas agrários.

Devo lembrar a V. Exa., nobre Deputado, que estes problemas sempre

existiram em nosso País. Há mais de trinta anos que a região ven sendo povoada sem que qualquer Governo, antes de 60, tivesse se preocupado com a sorte, com o destino das famílias que habitam terras ainda consideradas litigiosas, outras dadas pelo Governo em forma de doação, de pagamento de dívidas a algumas empresas que queriam mantê-las para proveito de seus descendentes, na maioria deles estrangeiros, não residentes no País.

V. Exa. levanta uma tese que provoca dêste Deputado Arenista e de situação uma contestação. O INCRA é um órgão novo ainda que está a desenvolver trabalhos de regularização de posse da terra, a par de outras tantas de colonização, de orientação ou cooperativismo, de assistência até educacional e médico-hospitalar e tantas outras, para procurar não lembrar o mérito não registrado, o mérito dêste acontecimento que para mim é grandioso, e veja bem V. Exa., é um Deputado da situação defendendo exatamente a tese de V. Exa., que é a criação — a criação não, porque já existe a COFIPAR, ou Órgão Misto Estado e União; a sua sigla não é GETSOP porque GETSOP é Grupo Executivo para as terras do Sudoeste e tão somente, mas é a COFIPAR também Comissão da Faixa de Fronteiras, para as terras daquela região. E esta COFIPAR que nós queremos com atribuições de autoridades idênticas ao GETSOP, quem sabe até administrada pelos mesmos homens que hoje administram o GETSOP.

Mas o Presidente da República, no seu Decreto, firma também a criação de cerca de 50 Cooperativas Integrais de Reforma Agrária. É este o ponto quem sabe alto do Decreto Presidencial, além daquele ponto fundamental que declara prioritária a área, para fins de reforma agrária.

Eu quero reafirmar, Sr. Deputado, que o Paraná deve prestar neste instante, ao Chefe da Nação, ao Ministro da Agricultura e ao Presidente do INCRA, o seu mais respeitoso, o mais sincero e o mais profundo preito de gratidão por êste ato, bem como o Paraná deve neste instante proclamar, mais do que nunca, a sua confiança de que, com êste ato, deverá brilhar entre nós a aguardada alvorada de paz social e de justa e humana retribuição ao trabalho dos nossos irmãos do campo.

Eu acho que êste é o instante de agradecermos a preocupação de um Presidente de um País de dimensões continentais, preocupado que está em integrar a Amazônia e o Norte do País ao resto dêste continente, com as grandes obras de infraestrutura que o Governo vem realizando em todos os setores da Administração Pública; o agradecimento é por vê-lo preocupado, também por vê-lo demonstrando o alto espírito de humanidade, de fraternidade, em pretender dar a esta coletividade sofrida do Sudoeste e do Oeste Paranaense, dias melhores. Ele está, com êste ato, devolvendo ao nosso povo a confiança do povo nas autoridades constituídas — se não está devolvendo, porque a Revolução já devolveu, desde 64, está ao menos a fortalece-la, porque jamais, e neste País quantas campanhas políticas, quantos embates na vida pública deles participamos, jamais verificamos em qualquer Governo da República, preocupação maior em dar ao povo brasileiro dias melhores, do que êste Presidente está interessado. Nós estamos vendo o alvorecer não só da solução dos problemas de terras neste região, mas já sabemos que nos próximos dias o Sr. Presidente da República haverá de anunciar a implantação no interior brasileiro, na área rural, do serviço de Assistência Médica Hospitalar, da Assistência Previdenciária ao Trabalhador do campo. Sabemos já estar elaborado o decreto que vai implantá-la. Não queremos discutir aqui se é a socialização da medicina ou deixa de ser, mas é o comparecimento do Governo no interior desassistido. E não queremos neste instante nos transbordar em lóas ao Governo da República, mas queremos fazer, falando em nosso nome e em nome da região oeste e sudoeste paranaense, dizer que nós estamos gratos que neste País um Governo esteja se preocupando, agora de maneira tão contudente e objetiva para dar, para assegurar o direito que os nossos pobres têm; a liberdade, não só a liberdade para gerar, mas a liberdade de, na sua propriedade, fazê-la florescer com os recursos que o pró-

prio Governo lhe coloca em mãos, desde que ele exiba o título da sua propriedade ou o título definitivo da sua propriedade.

É isto o que queremos significar aqui e não poderíamos sair desta Tribuna satisfeitos conosco mesmos, se tivéssemos permitido que qualquer aparte oportunamente bem pôsto, por Deputados de oposição ao Governo, ou que fazem oposição ao Governo pelas condições políticas do seu Partido, pretendessem tirar a grandiosidade deste acontecimento.

Dai, Sr. Deputado, sem qualquer pretensão de ferir melindres, fazemos as declarações que fizemos.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. se dirige a mim. V. Exa. há de permitir um aparte.

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. teve todos os que pretendeu. Primeiramente concederemos o aparte ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O Sr. Lázaro Dumont — Não tenho o privilégio e a honra de representar aqui o sudoeste do Paraná, com a mesma expressão de voto como V. Exa., Sebastião Rodrigues, Arizone Araújo e o Deputado Cândido Martins de Oliveira, mas através mais, talvez, dentro da nossa entidade, do que propriamente como Deputado, tenho também o privilégio de representar aquela região. Na semana que passou, sábado e domingo, tivemos numa reunião em Londrina, em que quase todas as cidades do sudoeste, nesta região que citei há pouco, estiveram participando. E este problema de terra veio, como em todas as reuniões, à tona. De Toledo, Guaíra, Céu Azul, Medianeira, Capitão Leônidas Marques, de Chopinzinho, Barracão, estavam lá representados também, Sto. Antonio do Sudoeste. E é realmente lamentável o que estão passando na zona rural, principalmente na questão de titulação de terras. Eu recebo centenas de cartas daquela região, tenho uma em mãos que recebi sexta-feira passada, que é chocante. Vou fazer a leitura apenas de dois trechos, que diz o seguinte:

“Sr. Deputado, pedimos a sua intercessão. Que seja para nós um Moisés, um segundo Moisés, que libertou o povo de Deus da escravidão. Seja o senhor também o enviado de Deus para nos livrar desta escravidão.

Finalmente, ele termina dizendo: “que nós, que somos uma centena de pessoas, são 400 e poucas pessoas, nós já tivemos a idéia de ir ao Paraguai pedir auxílio como imigrantes mas — termina ele — confiamos ainda no Governo e nas suas autoridades”.

A carta é bastante simples, o linguajar muito simples; o que V. Exa. traz da Tribuna no dia de hoje nos deixa realmente satisfeitos e ampliando ainda mais as nossas esperanças porque nós, de maneira nenhuma criticamos a atuação do INCRA, principalmente no nosso Estado, que conhecemos e gozamos do privilégio da amizade do seu Diretor neste Estado, que é o Dr. Sílvio Galvino de Carvalho Lima, que se dedica o mais que pode para que o INCRA tenha realmente uma atuação digna em nosso Estado; mas, infelizmente, o INCRA que V. Exa. citou agora há pouco, infelizmente devido à morosidade com que age não só em nosso Estado, como por este Brasil afora, desempenha o seu papel na titulação da terra; é isto que preocupa esses posseiros, o título de posse; e nós temos a seguinte idéia: o INCRA devia dar o título de posse aos posseiros, e posteriormente ele vai brigar com quem ele quiser, mas dê tranquilidade aos seus titulares para que tenham os seus financiamentos, para que tenham melhores condições. E eu, sinceramente, agradeço o aparte e elogio o nobre Deputado por ter trazido este assunto de tanta esperança para o povo da região que V. Exa. tem a honra de representar.

O SR. IVO TOMAZONI —

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem apenas um minuto para concluir a sua oração.

O SR. IVO TOMAZONI — Eu peço ao Sr. Presidente, sei que o Regimento nos impede qualquer prorrogação, mas eu peço em meu nome e em nome de V. Exa., desculpas.

O Sr. Sebastião Rodrigues — 20 segundos, nobre Deputado.

O SR. IVO TOMAZONI — ... escusas ao deputado Sebastião Rodrigues.
O Sr. Sebastião Rodrigues — Eu quero dizer que V. Exa. interpretou mal minhas palavras. Eu elogio o Decreto mas não participo do entusiasmo; que é injusto de V. Exa., dizer que apenas este Governo vem se preocupando. Todos os demais Governos se preocuparam. Apenas lembro a V. Exa. que o GETSOP é o órgão que mais benefícios trouxe à nossa região. Foi criado antes de 64.

O SR. IVO TOMAZONI — Agora V. Exa. faltou com a verdade. Eu me referi aos Governos anteriores a 1.964, e as notas taquigráficas registraram o que falei. Eu falei dos Governos da década de 50/60 e V. Exa. sabe muito bem que a primeira eleição vencida por mim e pela minha gente, meu grupo, foi em 60. Em todos os Governos anteriores fizemos oposição sistemática e até pegamos em armas, sublevamos uma região e não nos envergonhamos de termos participado de uma revolução sui generis no mundo, porque foi a primeira revolução agrária no mundo a ser feita na região Sudoeste Paranaense, contra um Governo déspota, um Governo eleito por politiquinhos que mantinham na região sublevada, psuedo — companhia de terras, que não tinha outra finalidade senão enriquecer meia dúzia à custa do sofrimento, do sangue de uma legião de brasileiros que lutavam e que lutam ainda para legar a seus filhos uma região rica, tranqüila, próspera, cristã, humana; é isto que eu disse e as notas taquigráficas registraram. O que apenas quisemos significar é que não é este o momento de pretendemos, criticando um órgão do Governo Federal; tirar o mérito do Presidente da República, pela grandeza da iniciativa, iniciativa humana e cristã, de dar como área prioritária para a reforma agrária, 33 municípios paranaenses; para que esta gente que os habita, tenha ali sim, autoridade no seu pedaço de terra, para que possa, pelo menos, ver respeitado o dispositivo constitucional, aquele da inviolabilidade do lar e da propriedade. É isto; e só com esta legislação é que o INCRA terá a autoridade que deve ter. Se é a COFIPAR, o GETSOP, não interessa, porque acreditamos neste Governo da República e neste Governo do Estado, bem intencionados. Ambos haverão de, na comissão mista que já existe, se reformulado o convênio, dar autoridade à COFIPAR nos termos dados ao GETSOP e, então sim, lá estarão o oeste e o sudoeste, progressistas, com o povo feliz que é, que virá a ser mais feliz, porque mais próspero, com condições melhores para seus filhos, para seus descendentes.

É isto que queríamos significar, a preocupação do Presidente da República, do Ministro da Agricultura, do Diretor-Presidente do INCRA, em preocupar-se em dar solução a um problema tão velho, tão antigo e que tanto tem enegrecido as páginas da história daquela região e deste Estado.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. deputado Quisele Crisóstomo da Silva, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Acyr José, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 239/70, fica criada uma Escola Comercial Estadual, no Município de Terra Rica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 239/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Terra Rica, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-10-71.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Pinto Dias.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 269/70, — Mensagem n.º 34/70, autoriza o Poder Executivo a permutar parte do lote de terreno n.º 125, pelo lote n.º 8, de propriedade do Senhor Armando José Prado de Paiva. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 269/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, nos termos desta Lei e mediante prévia avaliação, autorizado a permutar parte do lote de terreno n.º 125, da quadra 14, com 10,00 metros de frente para a rua Quintino Bocaiuva, com a área de 400,00 metros quadrados, situado na cidade de Cornélio Procopio, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 16.512, do livro 3-N, do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procopio, pelo lote n.º 8, da quadra n.º 224, com 12,00 metros de frente e 312,00 metros quadrados de área, situado na Praça do Estudante, da mesma cidade, lote este de propriedade do Senhor Armando José Prado de Paiva, conforme transcrição n.º 2.045, do livro 3—4, do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da referida Comarca.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-10-71.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Pinto Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 16/71, autoriza o Poder Executivo transferir para a responsabilidade do D.E.R., a conservação das estradas Astorga-Jaguapitã, passando pelos Distritos que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 16/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a transferir para a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação das estradas Astorga — Jaguapitã, passando pelo Distrito de Içara, e Astorga — Santa Fé — Nossa Senhora das Graças — Colorado, passando pelos Distritos de Santa Zélia e Fernão Dias.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.10.71

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruct — Relator
Pinto Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 37.71, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem Cruzeiros), à Palmiro Ferreira. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 37.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ancião Palmiro Ferreira Borges.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei, correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.10.71

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruct — Relator
Pinto Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 77.71, que autoriza o Poder Executivo a proceder aos serviços de Ampliação do Prédio do Grupo Escolar "Prieto Martinez", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 77.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos serviços de ampliação do prédio do Grupo Escolar Prieto Martinez, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.10.71.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Maurício Fruct — Relator
Pinto Dias

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184.71, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública, a Arquiconfraria das Mães Cristãs, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. Em regime de urgência. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14.71, de autoria do Dep. Quielso Crisóstomo da Silva, revoga a Resolução n.º 3 de 22 de janeiro de 1963. — Parecer favorável da C.C.J. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201.70, de autoria do Dep. João Mansur, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, as Estradas São Mateus-Rebouças e Fluvópolis — Rio Claro do Sul — Malet. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. **Aprovado — artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143.71, de autoria do Dep. Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo construir um Prédio destinado a Delegacia de Polícia de Cianorte. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F..
Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 143.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um prédio de alvenaria para a Delegacia de Polícia de Cianorte.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1971.

(a) Dep. Hélio Manfrinato

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados A Comarca de Cianorte, figura entre as Comarcas de maior importância do Estado, constituindo-se a Cidade de Cianorte em um importantíssimo centro de região.

Pretendemos através do presente plano de lei, dar condições de funcionamento do organismo policial responsável pela segurança da região, cuja missão é das mais difíceis devido às precárias instalações que abrigam a Delegacia de Polícia de Cianorte.

A atual sede da Delegacia de Polícia de Cianorte onde funciona também a cadeia pública, está instalada em um velho prédio de madeira, não oferecendo segurança e conforto. Faltam condições para o funcionamento do órgão policial, pois as autoridades atualmente nada podem fazer para dar a população maior segurança. Nestas condições, esperamos contar com o apoio dos nobres pares à nossa proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 143.71

AUTOR: — Dep. Hélio Manfrinato.

SÚMULA: — "Autoriza o Poder Executivo a construir um prédio de alvenaria destinado à Delegacia de Polícia de Cianorte".

PARECER

a) — O Projeto em tela vem articulado e justificado, na forma que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

b) — Trata-se, como é bom de ver, de simples autorização legislativa, o que não fere qualquer preceito de ordem legal.

Por outro lado, verifica-se que o Projeto é justo e oportuno, pela simples leitura da justificativa, a qual nos convence plenamente.

c) Assim, pois, somos pela sua aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Armando Queiroz

Arthur de Souza

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 143.71

AUTOR: — Dep. Hélio Manfrinato

SÚMULA: — “Autoriza o P.E. construir um prédio de alvenaria destinado à delegacia de polícia de Cianorte.

PARECER

Tratando-se de matéria meramente autorizatória, não ocorre qualquer impedimento de ordem financeira.

Pelo exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei, que já veio devidamente justificado.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em de agosto de 1971

(aa) Leopoldo Jacomei — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Ovídio Franzoni

Santos Lima

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento da senhorita Soraia Corrêa Lima. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando transcrição na Ata dos trabalhos de hoje, do artigo publicado na edição de ontem, pelo jornal “Fôlha de Londrina”, sob o título “Tese Absurda”. **Aprovado.** (A transcrição acha-se no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Ferreira Vieira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Isaia Cecim Calisto. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do Sr. Onofre Rodrigues, vítima de fatal acidente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Mário de Mari, pela sua reeleição ao cargo de Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo 17.º aniversário de fundação da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela inauguração das novas instalações industriais do Café Alvorada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, a inauguração do Camping Clube do Brasil, em Curitiba, no dia 31 do corrente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando à Mesa que seja credenciado para representar oficialmente a Casa, na visita que fará à região Amazônica, sem qualquer encargo financeiro, mas apenas que lhe sejam justificadas suas faltas às sessões dos dias 3 a 10 de novembro. **Aprovado.** A Presidência designa o nobre Deputado Lázaro Dumont para representar a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da visita que S. Exa. fará à região Amazônica.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso de mais um Dia do Servidor Público em data de amanhã, 28 de outubro. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando sejam dirigidas as mais calorosas felicitações aos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura e Diretor-Presidente do INCRA, pela assinatura do Decreto que estabelece as áreas prioritárias para a implantação da Reforma Agrária. — **provado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja, pelo órgão competente, autorizado o Colégio Estadual de Francisco Beltrão a proceder, na época oportuna, o exame de madureza ginasial aos jovens inscritos na região Sudoeste Paranaense. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia 3, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 201.70;
 - 2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 143.71;
 - 1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 239.69, 113.71 e 194.71.
- Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURICIO FRUET, NA SESSÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 1971

“TESE ABSURDA”

GANHA repercussão a proposta do prefeito da cidade paulista de Guaratinguetá que sugeriu a extinção das Câmaras Municipais em cidades com menos de 200 mil habitantes. E provoca, inclusive, as primeiras reações contrárias. Que, aliás, ao que tudo indica, deverão se avolumar.

No caso específico, o prefeito de Guaratinguetá está preocupado com a própria Câmara, numa disputa que, lamentavelmente não é muito rara, mas que deveria ficar adstrita ao âmbito municipal, mesmo porque tem o poder Executivo condições para enfrentar, dentro do panorama legal, atitudes do Legislativo que não estejam de acordo com os interesses públicos. Todavia, ir ao extremo de sugerir a extinção, pura e simples, das Câmaras Municipais na grande maioria de cidades brasileiras — que são as que não contam 200 mil habitantes — é tratar de forma errônea um problema.

A tese é tão absurda que dificilmente encontrará eco. Entretanto, por revelar, de parte de um chefe de Executivo municipal um desconhecimento enorme no mecanismo democrático e também pelo fato de poder animar outros alcaides e idêntica posição, não pode passar em branco.

Não se desconhece que é grande o número das Câmaras Municipais, espalhadas pelo Brasil, que possuem, em suas cadeiras, elementos sem aquelas condições mínimas que se exigiria para o desempenho do cargo público. Todavia, isto decorre como consequência de outros desacertos. E são os próprios partidos, que oferecem legenda a elementos sem condições, os primeiros responsáveis. Incumbe à agremiação partidária selecionar aqueles nomes que irá lançar como candidato em qualquer eleição. E esta escolha partidária é lícita e normal. Se o partido não escolhe bem, se não seleciona seus candidatos, se lança nomes sem condições, tudo o mais que houver decorrerá daí. Não se pode culpar um povo de eleger mal. Ele realiza a opção face os nomes sugeridos. Realmente, pode o eleitorado, na fase que lhe compete, se-

para o joio do trigo. Mas, muitas vezes esta tarefa é difícil e o candidato sem condições para o exercício de um cargo público, tem habilidade para convencer parcela ponderável do eleitorado. Acaba, então, eleito e vai passar todo um período num Legislativo, falhando e errando, às vezes até inocentemente, por ignorância própria, por falta de condições e conhecimento básico daquilo que se exige na atividade de representante do povo.

Lamentavelmente, as Câmaras Municipais, principalmente em municípios pequenos, são as principais vítimas desta situação. Como o cargo de vereador, em comunas pequenas, é exercido graciosamente, e como tem havido um desgaste e um desprestígio nas funções de vereança, aqueles que melhor condição teriam para exercer o munus público afastam-se, ficando alguns corajosos para enfrentar o trabalho, não remunerado, errando e acertando, mas, de qualquer forma, exercendo um mandato popular.

É necessário que haja uma elevação no nível político, a começar das Câmaras Municipais, verdadeira escola para a vida pública. Todavia, não se vai chegar a isto pela extinção dos Legislativos. Esta tese, sobre ser absurda, é até inconstitucional. E neste momento, talvez o próprio prefeito paulista que a levantou esteja arrependido, pela explosão que provocou a proposta, inaceitável sob todos os pontos de vista.